

## **AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIAATIVIDADE: Estudo de caso em município do semiárido nordestino**

Alcimária Fernandes da Silva<sup>1</sup>  
Cícero Nilton Moreira da Silva<sup>2</sup>  
Stênio Maia Estevam<sup>3</sup>

### **Resumo**

A pluriatividade na agricultura familiar, tida como o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da unidade produtiva, sinaliza para os novos contornos e transformações que vem se dando no espaço rural. Dentro desse contexto, esse trabalho se propõe a compreender como vem sendo desenvolvida a pluriatividade na agricultura familiar do município de José da Penha no estado do Rio Grande do Norte. Para isso, a metodologia consistiu na revisão de literatura buscando autores como Carneiro (2006), Mattei (2014), Pinto (2009), dentre outros, para o suporte teórico. Na pesquisa de campo foram entrevistados agricultores familiares do referido município na qual pode-se constatar que as atividades agrícolas de caráter familiar é a principal responsável pelo rendimento físico da unidade, e as rendas não agrícolas e portanto, pluriativas, também desempenham um papel importante e estratégico na composição da renda total das unidades, de forma que complementam e garantem a sobrevivência das famílias.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Pluriatividade; Município de José da Penha.

### **Introdução:**

A agricultura familiar tem forte presença no território brasileiro, sendo importante destacar a figura da família na realização das atividades e organização das tarefas. São os agricultores familiares, de acordo com Mattei (2014), que produzem os alimentos que atendem as necessidades alimentícias do povo brasileiro com 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café e 58% da produção de leite é oriunda da agricultura familiar. Além disso, “os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar” (MATTEI, 2014, p.8).

Entretanto, é importante salientar que a agricultura familiar apresenta características heterogêneas, sendo que a mesma não se restringe apenas a produção de alimentos, o que suscita

---

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. BR – 405, Km – 153 – Bairro Arizona, CEP59900-00, Pau dos Ferros-RN. E-mail: alcimariafernandes@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. BR – 405, Km – 153 – Bairro Arizona, CEP59900-00, Pau dos Ferros-RN. E-mail: ciceronilton@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. BR – 405, Km – 153 – Bairro Arizona, CEP59900-00, Pau dos Ferros-RN. E-mail: steniopinheiromaia@hotmail.com

a questão da pluriatividade como um dos aspectos atualmente discutido no que se refere ao desenvolvimento de atividades na agricultura familiar.

A pluriatividade na agricultura familiar sinaliza para os novos contornos que o espaço rural vem ganhando ao longo do tempo, o que resulta na necessidade de direcionarmos a ele novos olhares, tendo em vista que o mesmo não se resume apenas ao agrícola e na produção de alimentos, outras atividades e novas dinâmicas vem sendo atrelada ao campo. Sobre o assunto assim se posiciona Mattei (1999)

Hoje existe um consenso na literatura especializada de que as diversas atividades econômicas presentes no espaço rural transcendem a esfera do mundo agrícola, o qual por sua vez, não pode ser reduzido apenas à sua função primordial de produção alimentar. Com isso, impõe-se a necessidade de novas análises que contemplem todas as dimensões do rural, para além das atividades especificamente agrícolas. (MATTEI, 1999, p. 13)

É dentro dessa conjuntura que surge a questão da pluriatividade no espaço rural. A pluriatividade de acordo com Pinto (2009, p. 12) “consiste na realização de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas pela família rural e seus membros”, se apresentando como uma estratégia alternativa diante da desvalorização acentuada da agricultura no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, tendo em vista possibilitar a geração de trabalho e renda para aquelas famílias que vivem no campo.

Ainda para esse autor, os processos sociais que se relacionam com as estratégias pluriativas por parte dos agricultores familiares não é algo novo, já que essas ações datam de um longo período. Entretanto, as discussões teóricas relacionadas ao assunto é que são recentes.

Diante deste contexto e considerando essas características, esse trabalho pretende compreender como vem sendo desenvolvida a pluriatividade pelos agricultores familiares do município de José da Penha no Estado do Rio Grande do Norte.

## **2. Referencial teórico:**

### **2.1 Agricultura Familiar**

A agricultura familiar é uma organização produtiva que marca a história da humanidade, e para debatermos sobre ela é necessário buscar entender as suas raízes, bem com as transformações por ela sofrida de acordo com o período histórico a que se refere, bem como os espaços geográficos e seus respectivos sistemas agrários e agrícolas.

Baiardi (2014) tem algumas inquietações sobre essa problemática e chega a se questionar: a agricultura familiar sobreviverá a qualquer sistema econômico? Estará a estrutura produtiva agrícola se concentrando e o campo se esvaziando enquanto tendência irreversível no Brasil e no mundo? Como conceituar contemporaneamente a agricultura familiar onde quer que ela ocorra? Que tipos ou estilos são mais comuns no Brasil e no Nordeste brasileiro? Sobre esses questionamentos, o autor enfatiza que mesmo com os movimentos de sucesso e retrocesso, a agricultura familiar continua resistindo ao longo do tempo, contudo, é notório que a mesma vem passando por profundas transformações advindas do próprio desenvolvimento econômico. Assim, a sua função restrita a família e a comunidade local vai ganhando um novo caráter em algumas situações em que constitui-se por ser uma agricultura de caráter familiar, voltada para o mercado e até mesmo integrada a cadeias produtivas agroindustriais, sendo submetidas a inspeções de qualidade para manter os padrões de exigência do mercado. Ainda de acordo com Baiardi (2014), mesmo com tamanhas transformações a agricultura familiar

Teimosamente tem mantido seu caráter, sua natureza, não obstante a diversidade de formas e de estilo. Sua capacidade de sobreviver, de existir economicamente, só encontra explicação em determinantes atávicos, relacionados à sobrevivência da família e da comunidade. Há também componentes de simbolismo. Grande parte dos residentes em cidades de portes pequeno e médio na Europa, e também no Brasil, valorizam a propriedade ou a posse de um pequeno estabelecimento rural para se abastecerem de frutas, hortaliças, ovos e eventualmente produzir derivados como vinhos, queijos, compotas e embutidos (BAIARDI, 2014, p.126).

Ainda discutindo as origens da expressão agricultura familiar e buscando trazê-la para realidade brasileira é importante destacar que esse termo surge politicamente no Brasil, no ano de 1993, em um evento realizado em Belo Horizonte, tendo sido sugerido por uma extensionista da Emater. Sobre esse assunto Navarro (2010) relata que

Com a assunção à presidência de Itamar Franco (dezembro de 1992), a central sindical entendeu que novos esforços de pressão deveriam ser realizados para que os pequenos produtores recebessem apoio governamental de maior significação em diferentes áreas setoriais. Para tanto, organizou-se no primeiro semestre de 1993 um seminário sobre política agrícola em Belo Horizonte, onde foram reunidos representantes das federações estaduais, contando-se ainda com a participação de técnicos governamentais, inclusive alguns ligados à extensão rural de Minas Gerais. Consta que neste evento uma técnica da extensão rural mineira foi quem, pela primeira vez, insistiu persuasivamente que a expressão que deveria designar aquele conjunto de produtores deveria ser agricultura familiar, deixando para trás o impreciso uso da expressão pequenos produtores (NAVARRO, 2010, p. 193)

Contudo, vale ressaltar que esse termo já estava sendo utilizado na literatura acadêmica atrelado a estudos já elaborados sobre o processo de desenvolvimento agrário de países capitalistas, dentre eles os Estados Unidos. A partir disso, o termo agricultura familiar passa a ser incorporado por atores políticos, principalmente ligados aos movimentos sindicais, ganhando ênfase e institucionalização no âmbito do Estado brasileiro a partir de 1995, conforme Navarro e Pedroso (2014).

A classificação dos até então chamados de pequenos produtores, produtores de baixa renda, camponês, dentre tantas outras denominações, significou no âmbito governamental um avanço, tendo em vista que até então esses indivíduos que foram categoricamente classificados de diversas maneiras estavam a margem do processo de desenvolvimento do campo, já que apresentavam-se excluídos. Complementando essa afirmação, assim se expressa Navarro e Pedroso (2014) sobre o assunto:

É cristalina a importância do surgimento da expressão, mas por apenas uma exclusiva razão. Não obstante terem existido nomeações anteriores segmentando os grupos de produtores (e seus respectivos indicadores empíricos demarcadores), como nos anos setenta, aquelas foram classificações inócuas em termos concretos, pois não acarretaram uma categórica ação governamental “a favor dos pequenos”, ficando apenas no plano retórico (NAVARRO, PEDROSO, 2014, p.8).

Essa nova denominação acima discutida por Navarro, Pedroso (2014) no que se refere ao termo agricultura familiar não anula o fato de muitos teóricos, bem como os próprios movimentos sociais, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), não se identificarem com essa nova terminologia e procurarem defender a identidade da agricultura camponesa.

É importante aqui salientar que existe a distinção entre terminologias como agricultura familiar e agricultura camponesa. Fernandes (2004) em artigo intitulado “Espaços agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro” nos traz essa distinção expressando que os teóricos da agricultura familiar afirmam serem os agricultores familiares os produtores que fazem uso de recursos técnicos e que estão altamente integrado ao mercado. Conclui ainda que a agricultura camponesa tem caráter familiar, portanto, todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Ainda de acordo com Fernandes (2004)

A construção teórica da agricultura familiar tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses (FERNANDES, 2004, p. 21).

Essas são discussões teóricas importantes que não podem deixar de ser consideradas quando nos remetemos as origens do conceito de agricultura familiar no Brasil. O mesmo autor, Fernandes (2004) aprofunda-se nesse debate e esclarece que o surgimento do termo agricultura familiar encontra-se atrelado a conceituação de “Novo Mundo Rural”, introduzida pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, em que o camponês seria metamorfoseado em agricultor familiar. Com a criação do “Novo Mundo Rural” o governo citado tinha como objetivo impedir e/ou atenuar os processos de territorialização e espacialização das lutas dos movimentos sociais, tendo em vista que por meio desses processos os camponeses se recriam, o que resultaria na intensificação da questão agrária.

Dentro desse contexto, procurava convencer os trabalhadores de que, a partir da metamorfose do camponês em agricultor familiar era como se o mundo tivesse mudado “e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado”, salienta Fernandes (2004, p.5).

Em 2006, é sancionada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006). De acordo com esta lei é considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e que atendem, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com base nessa Lei que define o universo que engloba os agricultores familiares e portanto, se constitui com um marco legal, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Agropecuário de 2006, utilizando estatísticas específicas e especiais para conhecer esse universo. No ano de 2009, as informações obtidas através desse censo denominado de “Censo Agropecuário Agricultura Familiar” foram disponibilizados,

mostrando um retrato da agricultura familiar no Brasil, nas grandes regiões e em cada unidade da federação, de acordo com Mattei (2014).

Muito embora tenhamos esta Lei que define o que seja a agricultura familiar e serve como parâmetro legal maior, não existe um único consenso sobre a sua definição por parte dos pesquisadores. Assim, buscaremos trazer algumas conceituações como forma de conhecer melhor esse universo, mesmo entendendo-o como um conjunto de atores sociais que possuem uma forte ligação com o campo e desenvolvem atividades agrícolas com o auxílio da mão de obra familiar.

Dessa forma, Wanderley (1999) entende que a agricultura familiar refere-se aquela em que a família assume as atividades produtivas no âmbito do estabelecimento, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção.

Da mesma maneira que Wanderley (1999), a *Food Agriculture Organization (FAO)* e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfatizam que a agricultura familiar deve considerar que o gerenciamento da propriedade e a maior parte das atividades seja feita pelos membros da família. Além disso, os elementos de produção devem ser de propriedade da mesma.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA<sup>4</sup>, a agricultura familiar está ainda em processo de consolidação, sendo que seu fortalecimento e valorização depende da união de diferentes fatores como o econômico, social, político e cultural que necessitam ser implementados, articulando diversos atores e instrumentos.

O Estatuto da Terra de 1964 faz uma relação entre a propriedade familiar e o imóvel rural que direta ou indiretamente é explorado pelo agricultor e os membros familiares, sendo que o imóvel absorva toda a força de trabalho e condicione a subsistência, o progresso social e econômico. A área máxima do imóvel deve ser fixada de acordo com a região e também o tipo de exploração desenvolvida.

---

<sup>4</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto no ano de 2016 após o impeachment da presidenta Dilma Vana Rousseff, posteriormente ocorreu a sua fusão com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constituindo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Em nota de repúdio assim se expressa O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) “Trata-se de uma perda real, concreta, que representa retrocesso indiscutível para a pauta do desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil. A fusão das referidas Pastas denota a falta de prestígio desses temas para a agenda política do atual governo, que assumiu a Presidência da República, haja vista o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016”.



Tendo em vista as discussões e conceituações enfatizadas, é notório salientar que não existe um consenso sobre essa terminologia, além disso muitos pesquisadores afirmam a existência do camponês e não do que conhecemos atualmente como agricultor familiar.

## **2.2 Noção de Pluriatividade na Agricultura Familiar:**

A pluriatividade surge na Europa, sendo que sua origem relaciona-se aos estudos dos part-time-farming (agricultura em tempo parcial) no contexto da modernização da agricultura e da própria especialização produtiva do trabalho. Dentro desse contexto, o agricultor não se restringe apenas a produção agrícola e pecuária, mas passa a integrar várias formas de produção de acordo com Cardoso (2013).

No caso brasileiro, salienta Pinto (2009) que os primeiros estudos desenvolvidos sobre a noção de pluriatividade datam de aproximadamente duas décadas, o que mostra a presença de uma vasta área de pesquisa a ser explorada. “Contribui para isto ainda a diversidade de situações e de características que englobam diferentes agentes sob a noção de agricultura familiar, bem como das estruturas socioeconômicas regionais” (PINTO, 2009, p. 16).

Colaborando com essas discussões, Mattei nos afirma que

De meados dos anos oitenta em diante a maioria dos trabalhos adotaram o termo "pluriatividade" para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento; atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades agrícolas em outros estabelecimentos (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, onde se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração. (MATTEI, 1999, p. 20)

Quando discutimos a pluriatividade no seio das famílias agricultoras não significa que as atividades agrícolas deixaram de existir ou que perderam sua importância, na verdade o desenvolvimento de outras atividades pelos agricultores familiares se constitui-se, em algumas situações e para alguns pesquisadores, em uma forma de reprodução social. Sobre esses aspectos, em trabalho realizado por Pinto (2009) na Fazenda Pirituba II, nos municípios de Itapeva e Itaberá, Estado de São Paulo, com o objetivo de investigar a pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica, o mesmo constata que embora ocorresse a presença e expansão da pluriatividade nesse espaço, a agricultura continuava sendo a principal atividade em termos de ocupação de mão de obra no interior das famílias.

Para Mattei, as discussões e explicações que envolvem a pluriatividade no contexto atual, precisam amparar-se no processo de reestruturação capitalistas e nas mudanças tanto econômicas como sociais que o mesmo vem provocando, não se atentando apenas aos aspectos que envolvem estratégias de sobrevivência e reprodução e produção familiar. Tendo em vista que segundo este autor

A lógica que fundamentou a modernização da agricultura era a de que o desenvolvimento agrícola levaria necessariamente ao desenvolvimento rural. Neste caso, o fim da pobreza no meio rural poderia ser obtido através de políticas públicas que incentivassem a modernização. Sabe-se que, em praticamente todos os países do "terceiro mundo", essas políticas foram implementadas, a agricultura se modernizou, as famílias rurais aumentaram os seus níveis educacionais e, no entanto, a pobreza persistiu. Em parte, essa teoria supunha que as soluções para as áreas rurais poderiam ser obtidas a partir da própria economia agrícola e dos mercados onde está se inserida (MATTEI, 1999, p. 13)

Com relação aos aspectos apresentados acima, é notório que a influência do desenvolvimento capitalista e seu impacto no campo, como é o caso da modernização da agricultura, provocou alterações nas relações de trabalho e na própria dinâmica produtiva, tendo em vista que a chegada de novas máquinas no campo resulta na dispensa da mão de obra humana, o que faz surgir a necessidade ou possibilidade de desenvolvimento de outras atividades, dentro ou fora da unidade produtiva familiar, o que dar espaço para a pluriatividade.

Por outro lado, não se pode esquecer que a modernização do campo, principalmente no caso do brasileiro, não se deu de forma homogênea. Assim, outros fatores levariam ao desenvolvimento da pluriatividade. Sobre o assunto, Mattei (1999) pontua os fatores promotores da pluriatividade tendo como suporte teórico a literatura especializada, trazendo vastas interpretações sobre a decisão de desenvolver mais de uma atividade. Para o referido autor

As razões podem ser de **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **c** (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, turismo rural, áreas de preservação ambiental, etc.) (MATTEI, 1999, p. 25).

É dentro desse contexto apresentado pelo autor que deve-se pensar a pluriatividade em suas mais diversas formas e com diversas características, dependendo da realidade de cada país



ou no interior desse, no caso das regiões. Assim, não podemos pensar a pluriatividade no Brasil de maneira homogênea, já que a modernização não atingiu todos os agricultores. Além disso, compreende-se que a diversidade na agricultura familiar brasileira inviabiliza uma análise singular da pluriatividade.

### **3. Procedimentos metodológicos:**

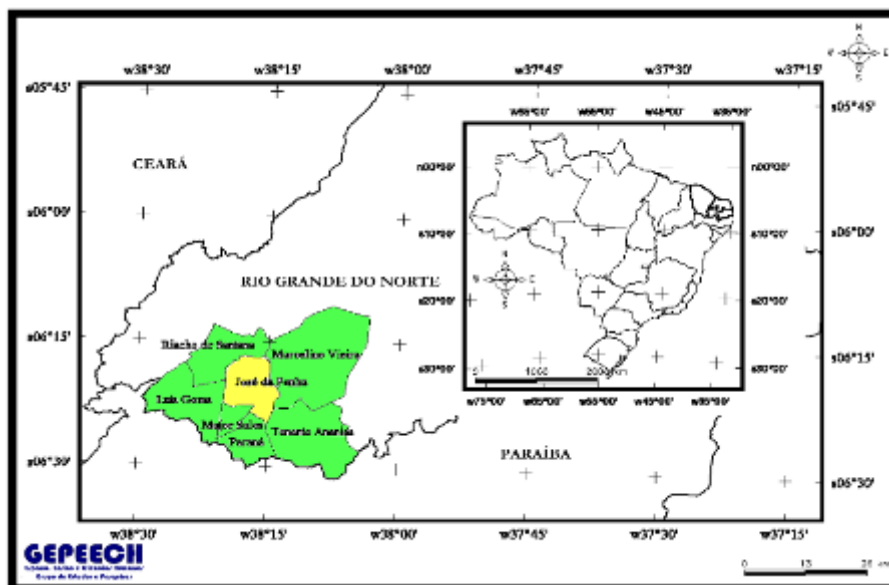
Este trabalho foi desenvolvido nas seguintes etapas: primeiro efetuou-se um levantamento bibliográfico que possibilitou um melhor entendimento sobre a pluriatividade na agricultura familiar, buscando autores como Mattei (1999), Pinto (2014), Carneiro (2006), Navarro (2010), Fernandes (2004), Baiardi (2014), dentre outros. Na etapa seguinte foi realizada a pesquisa de campo onde foram realizadas 60 entrevistas com os agricultores familiares. Após a coleta dos dados, os mesmos foram analisados e sistematizados, caracterizando as famílias agricultoras e realizando um levantamento das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas por elas desenvolvidas, e posterior conclusão.

#### **3.1 Localização Geográfica do Município de José da Penha-RN:**

O município de José da Penha está localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião de Pau dos Ferros, a uma distância de 416 km da capital Natal, com uma área de 117,6 km.

O município de José da Penha, encontra-se localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião de Pau dos Ferros, limitando-se com os municípios de Riacho de Santana (Norte), Major Sales e Paraná (Sul), Marcelino Vieira (Leste) e Luís Gomes (Oeste). (IBGE, CANAL CIDADES, 2012), figura 01 que segue.

#### **Figura 01: Localização e Limites Geográficos do Município de José da Penha – RN**



Fonte: (IBGE, 2010) Elaboração Cartográfica: Rosalvo Nobre Carneiro, 2013.

### 3.2 Caracterização e Aspectos Socioeconômicos:

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Censo realizado em 2010, a população residente no município de José da Penha era de 5.868 habitantes, sendo que, 3.542 habitantes residem na Zona Urbana, enquanto 2.328 moram na Zona Rural. O PIB (Produto Interno Bruto) do município gira em torno de R\$ 25.985.000,00 o que proporciona um PIB per capita de R\$ 4.220.40.000,00.

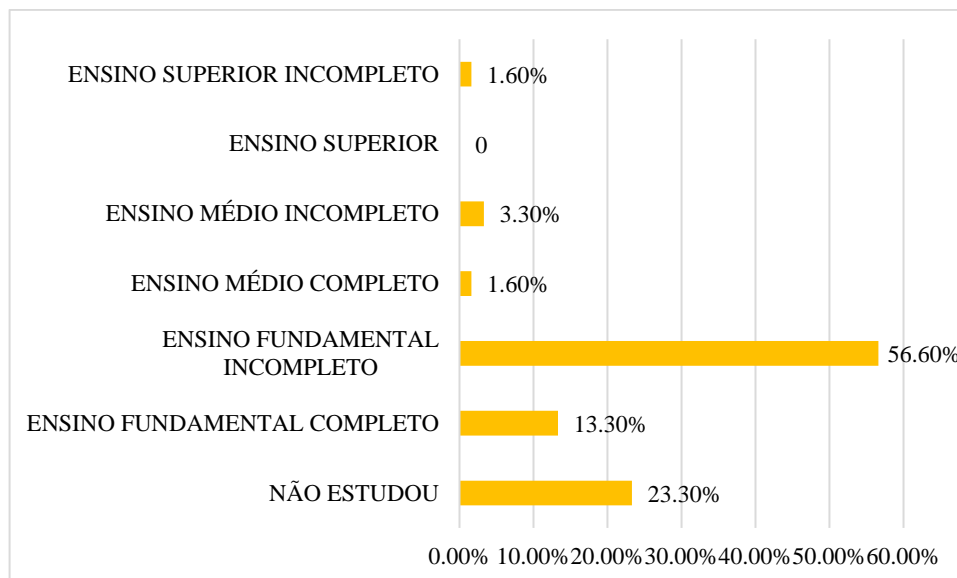
Na realização das entrevistas podemos conhecer algumas das características dos agricultores familiares do município de José da Penha, bem como aspectos relacionados ao nosso objeto de estudo, a pluriatividade.

Dos agricultores familiares entrevistados (60 agricultores), 70% eram do sexo masculino e apenas 30% eram do sexo feminino. O estado civil desses agricultores apresentava a seguinte distribuição: 92% eram casados, 3% solteiros, 4% divorciados e 1% viúvo.

O número de agricultores familiares casados explica a composição familiar, tendo em vista que 34% das famílias eram formadas por 4 a 5 pessoas, 56% de 3 a 4 pessoas e 10% de 1 a 3 pessoas.

Na gráfico 01 que segue podemos observar o nível de escolaridade e a partir disso perceber que a mesma é muito baixa.

#### Gráfico 01 –Nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2017.

Podemos observar que 23,30% dos agricultores entrevistados não estudaram, sendo que alguns desses agricultores escrevem o seu nome com dificuldades; 56,60% possuem o ensino fundamental incompleto; 13,30% o ensino fundamental completo, 1,60% ensino médio completo; 3,30% o ensino médio incompleto e 1,60% tem o superior incompleto. Este corresponde a uma agricultora que atualmente cursa Pedagogia.

O perfil de analfabetismo e baixa escolaridade desses agricultores acabam influenciando na qualidade de vida dos mesmos, tendo em vista que essa condição pode vir a influenciar até mesmo nas técnicas agrícolas, cuidado com o meio ambiente e outras formas de desenvolvimento no âmbito da agricultura familiar.

Pode-se perceber que 100% das famílias entrevistadas moram em casa de tijolo com reboco e eletricidade, sendo o acesso a água possível graças a perfuração de poços artesianos construídos pelo poder público municipal em parceria com o Governo do estado e também cacimbão<sup>5</sup> construídos pelos próprios agricultores (Figuras 02). Os agricultores utilizam ainda cisternas para o armazenamento dessa água.

<sup>5</sup> De acordo com Vasconcelos (2014, p. 07) “Considera-se cacimbões todos os poços que possuem diâmetro superior a meio metro e inferior a cinco metros e que possuam um revestimento lateral”. Os mesmos são construídos através de perfurações no solo com o objetivos de encontrar água, sendo muito utilizado na região Nordeste para o consumo humano e no desenvolvimento das atividades agropecuárias.

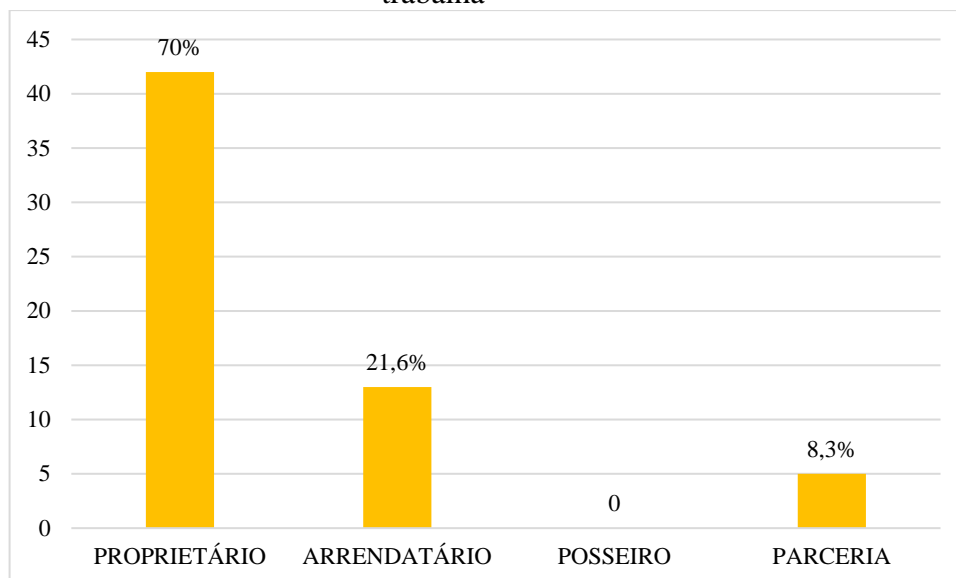
**Figuras 02** – Cacimbão utilizados pelos agricultores familiares



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017

A condição do agricultor familiar com relação à terra em que trabalha pode ser observada na gráfico 02 que segue.

**Gráfico 02** - Condição dos agricultores familiares com relação à terra em que trabalha



**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

Como podemos observar, 70% dos agricultores entrevistados são proprietários das terras em que desenvolvem suas atividades, 21,6% são arrendatários e 8,3% parceiros, trabalhando assim para terceiros. De maneira geral, a posse da terra é de suma importância para esses agricultores, entretanto, é importante salientar que mesmo sendo a maior parte dos agricultores proprietários de suas terras, as mesmas apresentam uma área restrita sendo que

mais de 50% tem uma área ente 0 a 10 ha. A terra com tamanho reduzido acaba por influenciar no desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Fernandes (1999) enfatiza a histórica concentração de terras no Brasil e mais especificadamente na região Nordeste.

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitânicas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária (Fernandes, 1999, p. 01).

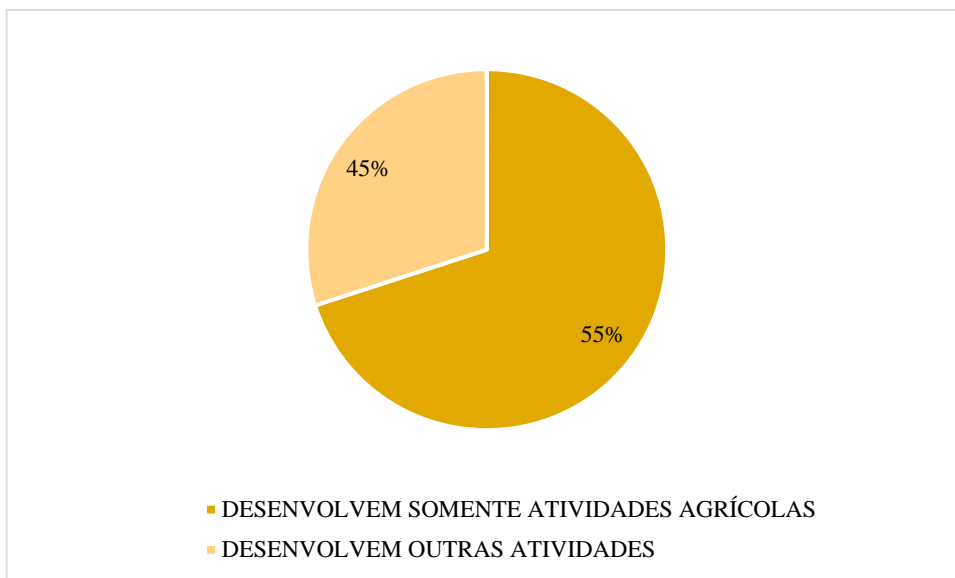
Como podemos observar a concentração de terra constitui-se em um fato que marca a história do campo em nosso país, sendo um gargalo para o desenvolvimento no campo principalmente para os agricultores familiares mais pobres.

### **3.2.2 Agricultura familiar e pluriatividade**

De acordo com o Anuário do RN (2010), a economia do município de José da Penha é formada, basicamente, pela agricultura familiar; pequenos comércios; na pecuária, destacam-se a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Além disso, a economia municipal depende das transferências de recursos realizadas pelas esferas estadual e federal.

Assim, compreendendo a importância da agricultura familiar no âmbito do município, devemos levar em consideração a heterogeneidade da mesma, tendo em vista que através da realização das entrevistas podemos perceber que 45% dos agricultores familiares entrevistados afirmam desenvolver outro tipo de atividade que vai além das atividades agrícolas e 55% afirmaram desenvolver somente atividades na agricultura (Gráfico 03).

#### **Gráfico 03 – Atividades agrícolas e não agrícolas no município de José da Penha**



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017

As atividades que vão além da agricultura e pecuária constitui-se em uma realidade no município de José da Penha e, embora muitos agricultores ainda continuem se restringindo apenas ao desenvolvimento de atividades agrícolas, por outro lado, podemos perceber a presença de outros tipos de atividades no âmbito do campo e conseqüentemente da agricultura familiar, como os salões de beleza e de corte de cabelo masculinos tanto dirigidos por homens como por mulheres, oficinas de motocicletas, bares, restaurantes, etc.

Como já enfatizado anteriormente, baseando-se em autores como Mattei (1999), hoje é inviável discutir os aspectos do campo sem antes compreender que as diversas atividades econômicas que estão presentes nesse espaço vão além do mundo agrícola e que dessa forma não podemos pensar no campo minimizando-o a um mero produtor de produtos agrícolas e pecuários.

É importante salientar que essas atividades extras surgem como uma forma de complementar a renda, condição econômica de acordo com Mattei (1999), e que acaba influenciando na permanência e manutenção desses agricultores no campo, inibindo assim o êxodo rural e o conseqüente inchaço das cidades.

Muitos agricultores veem o desenvolvimento de atividades extras como uma forma de melhorar a renda, e assim poder comprar alimentos, vestuários, produtos de higiene com uma melhor qualidade. Concordamos com Mattei (1999) quando o mesmo enfatiza a natureza social da pluriatividade, pois observamos nos agricultores que desenvolvem a pluriatividade o desejo



de aumentar os padrões de consumo e se inserir em uma vida social mais dinâmica no âmbito de sua localidade.

A busca por empregos no entorno, ou seja, na sede do município também é comum entre os agricultores o que constitui-se de acordo com Mattei (1999) como um aspecto de natureza contextual. A possibilidade de um emprego, mesmo que temporário, é uma maneira de completar a renda dos agricultores e que em síntese não inibe a sua condição de agricultor familiar.

Os serviços públicos oferecidos pelo município são concentrados nas áreas de educação, assistência social e saúde (ANUÁRIO DE RN, 2010).

#### **4. Considerações finais:**

É importante salientar que a realização do trabalho sobre a pluriatividade na agricultura familiar constitui-se em uma forma de instigar novas pesquisas acadêmicas, tendo em vista que os estudos sobre essa temática são recentes.

O trabalho teve como objetivo compreender como vem sendo desenvolvido a pluriatividade pelos agricultores familiares do município de José da Penha-RN.

A pluriatividade da mão de obra agrícola familiar é a principal responsável pelo rendimento físico da unidade, e as rendas não agrícolas também desempenham um papel importante e estratégico no nível e na composição da renda total das unidades, de forma que complementam e garantem a sobrevivência das famílias.

Assim, compreendemos que a pluriatividade constitui-se em uma ferramenta para o homem do campo frente as adversidade do próprio clima e também do sistema econômico que encontramos inserido. Além disso, o desenvolvimento de atividades que vão além das agrícolas não restringe e nem elimina a condição de agricultor familiar daqueles que vivem e tem identidade com o campo.

#### **Referências Bibliográficas**

BAIARDI, A. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 124-135, 2014.

CARDOSO, J. G. **Agricultura Familiar e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil no anos de 1990 e 2000:** Trajetórias e desafios. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2013%20Jucyene%20das%20Gracas.pdf>. Acesso em: 13 de Abril de 2017.

CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil:** uma reflexão crítica. In: Sergio Schneider. (Org.). A Diversidade da Agricultura Familiar. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 12 Agost. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa\\_google.shtm?cx=0097910](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=0097910). Acesso em: 21 Set. 2016.

BRASIL. **Estatuto da Terra:** Lei nº 4. 504/1964. Brasília, 1964.

IBGE. Canais cidades@: Rio Grande do Norte, José da Penha. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html>. Acesso em: 13 de abril de 2017.

BRASIL. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:** Lei nº 11.326/2006. Brasília, 2006.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social:** novas configurações do campo brasileiro. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/75>. Acesso em: 09 de Jul. 2017.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em: 09 de Jul. 2017.

MATTEI, L. F. Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81246>. Acesso em 09 de Ago. 2017.

MATTEI, L.O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 83-91, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2005. (Série Documentos Institucionais, v.2).

NAVARRO, Z. **A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica.** Disponível

em: [http://www.ipea.gov.br/portaI/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro\\_agriculturabrasileira.pdf](http://www.ipea.gov.br/portaI/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf). Acesso em: 15 de Fev. 2017.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M. T. M. A agricultura Familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **REN-Revista Econômica do Banco do Nordeste, Fortaleza**, v. 45, p. 6-17, 2014.

PINTO, M. S. V. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social do agricultor familiar no projeto de assentamento rural Fazenda Pirituba II**. Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. 122 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (ORG). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UEP, 1999. p. 23-56.

VASCONCELOS, M. B. **Poços para captação de águas subterrâneas: revisão de conceitos e proposta de nomenclatura**. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/28288/18401>. Acesso em: 12 de Set. 2017.